

MARIA FERNANDA ALEGRIA: INVESTIGAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

GETUP

Faculdade de Letras
 Universidade do Porto

Como citar este artigo:

GETUP. (2019). Maria Fernanda Alegria: investigação, ensino e formação inicial de professores. *Revista de Educação Geográfica* |UP, nº.4, pp. 43-47. Universidade do Porto. ISSN: 2184-0091
 DOI: <https://doi.org/10.21747/21840091/4a4>



BREVE NOTA BIOGRÁFICA

Maria Fernanda Alegria concluiu em 1972 a licenciatura em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (após ter frequentado a licenciatura em Física na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e terminado, em 1965, o curso de Professora de Educação Física) e defendeu, em 1987, o doutoramento em Geografia Humana com a dissertação *A Organização dos Transportes em Portugal (1850/1910). As Vias e o Tráfego*. Nesse mesmo ano passa a lecionar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), tendo iniciado a docência no Departamento de Geografia da FLUL e integrado como investigadora o Centro de Estudos Geográficos

(CEG). Apesar dos seus interesses de investigação se centrarem sobretudo na História da Cartografia, Geografia Histórica e na Geografia Humana, coordenou o Ramo de Formação Educacional desde 1987/88, quando se iniciou a formação inicial de professores de Geografia. Responsável pela disciplina de Didática Especial do Ensino da Geografia, coordenou os estágios e o Mestrado em Ciências da Educação da FCSH-UNL, tendo igualmente presidido à Comissão Pedagógica e Científica do Departamento de Ciências da Educação. Ainda nesta área, representou a UNL na comissão criada pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para apoiar questões educativas, assim como integrou o Conselho Geral do Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores (INAFOP, extinto em 2002) em representação do CRUP. Das várias obras publicadas, onde se destaca a sua 'paixão' pela História da Cartografia, o Ensino da Geografia marca igualmente a sua presença com um vasto conjunto de títulos.

GETUP (GT): Como e quando apareceu a Geografia?

Maria Fernanda Alegria (FA): Por sorte minha, tenho uma irmã que desde o liceu gostava de Geografia, graças à excelente Professora Aurora Pereira, que a ensinou entre o 3.º e o 6.º ano (atuais 7º a 10º anos de escolaridade). Esse entusiasmo levou-a tirar a licenciatura em Geografia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, meia dúzia de anos antes de mim.

Foram os livros de Orlando Ribeiro, que ela então lia, que me entusiasmarem pela Geografia, tema que no liceu nunca me interessou. Creio que o primeiro livro deste autor que li foi *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, a que outros se seguiram. Este geógrafo conseguiu mostrar-me que afinal a Geografia era uma ciência interessante e diversificada e que se podia ler um livro de Geografia com muito prazer, o que constituiu uma descoberta inesperada.

GT: Que Geografia se ensinava no liceu?

FA: Não tenho memória dos programas dos 3 anos em que tive a disciplina de Geografia (3.º, 4.º e 5.º anos, que correspondem agora aos 7.º, 8.º e 9.º), mas guardo a imagem de uma professora idosa, sempre sentada na secretária, apontando com o indicador cada linha do manual, que ia lendo monotonamente durante a aula inteira. Esta imagem foi confirmada depois pela minha irmã Manuela que, por desgraça, teve essa professora no último ano do liceu.

Além desta imagem, recordo que na disciplina de Geografia tinha de se memorizar uma série de informações, como os nomes das linhas de caminho-de-ferro, os rios, as montanhas, os cabos, as cidades de Portugal e outros dados semelhantes. Tenho de reconhecer que esta memória pode não ser correta, já que não acredito que uma matéria deste tipo entusiasmasse a minha irmã a tirar o curso de Professora de Geografia. O que quer dizer que nestas idades o professor conta muito, talvez mais do que se pensa, nas futuras escolhas profissionais dos alunos.

GT: Da Educação Física para a Geografia: ser professora?

FA: No início da década de 1960, quando tive de escolher a Universidade que iria frequentar, não pensei muito no trabalho a que o curso daria acesso, mas apenas nas matérias que iria estudar. De facto, a maioria dos jovens de agora não tem a sorte que nós tínhamos: no fim de um curso superior, qualquer que fosse, havia trabalho garantido.

Depois de, no 5.º ano (que corresponde agora ao 9.º ano) hesitar muito se devia escolher Letras ou Ciências (as duas grandes divisões da altura), para frequentar no 6.º e 7.º anos, optei por Ciências. Na Universidade, comecei por frequentar a licenciatura em Física na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. No fim do primeiro ano na Faculdade de Ciências percebi que não tinha feito a melhor escolha.

Decidi então tirar o curso de Professora de Educação Física no Instituto Nacional de Educação Física (INEF) em Lisboa, antecessor da agora Faculdade de Motricidade Humana. Praticar desporto e fazer ginástica eram um prazer (que em grande parte se mantém). O problema apareceu no fim do curso: embora a frequência das diversas disciplinas práticas e teóricas me agradasse, não me via toda a vida a

ensinar ginástica aos alunos do liceu. Por isso, ainda que contra a vontade dos meus pais, decidi tirar o curso de Geografia que a minha irmã Manuela tinha, entretanto, terminado. Foram anos ao mesmo tempo agradáveis e penosos, já que tive de trabalhar enquanto tirava a licenciatura em Geografia. Nos primeiros anos do curso lecionei como Professora de Educação Física em vários liceus de Lisboa; nos últimos anos trabalhei no Laboratório de Sedimentologia do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Em suma, as sucessivas áreas de formação em que me empenhei foram escolhidas não em função do trabalho que viria a fazer, e especificamente para me tornar professora, mas dos temas de estudo. As minhas escolhas foram fruto de um pouco de ingenuidade ou imprudência, somada ao facto de saber que não haveria problema em encontrar trabalho no fim do curso. Além disso, sabia que uma licenciatura dava acesso a qualquer outro curso universitário, aspeto de que pude beneficiar quando decidi frequentar Geografia, já que não tinha frequentado a alínea específica de acesso a essa licenciatura (que creio era a alínea G, quando eu frequentara a H).

GT: Qual a justificação da passagem do Centro de Estudos Geográficos para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa?

FA: Antes de mais, devo esclarecer que não houve uma transição que excluísse o Centro de Estudos Geográficos (CEG). De facto, quando após o doutoramento, em 1987, passei a ser Professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), mantive ligação ao CEG, instituição de investigação a que já estava ligada desde 1970, isto é, desde os últimos anos da licenciatura.

Essa pertença ao CEG acompanhou-me toda a vida profissional, mesmo depois de me ter reformado (2007), como Professora da FCSH. De facto, através da Revista Finisterra, a convite de Maria João Alcoforado, então diretora da revista, essa ligação terminou apenas em 2015, quando foi publicado o n.º 100 da Finisterra.

O CEG era, e ainda é, um importante centro de Investigação, embora as condições de trabalho se tenham necessariamente alterado. Quando, em 1943, foi fundado por Orlando Ribeiro era constituído por um pequeno número de pessoas, crescendo mais ou menos lentamente até ao fim da década de 1980. A partir daí, o aumento progressivo do número de alunos, docentes e investigadores, tanto nas Universidades como nos Centros de Investigação, tornou esses locais muito mais impessoais, especializados e internacionalizados. No entanto, ainda que tivessem existido períodos de diferentes intensidades de ligação ao CEG no decurso da minha vida profissional, ela manteve-se ininterrupta entre 1970 e 2015, isto é, durante 45 anos.

Tenho de lembrar que a minha vida académica e profissional tem sido muito diversificada. Primeiro Física na Faculdade de Ciências, que interrompi, depois Educação Física e, a seguir, Geografia, dois cursos que completei. Mas que Geografia pratiquei? A partir do Laboratório de Sedimentologia do CEG estabeleci ligações mais estreitas com docentes e investigadores em Geografia Física. Comecei por fazer uma Dissertação de Licenciatura em que estudei a ocupação agrícola dos terraços da Bacia da Lousã e admiti a hipótese de fazer um doutoramento sobre os depósitos sedimentares da Beira Baixa, na região de Castelo Branco. Percebi relativamente depressa que essa não era uma escolha acertada. Ainda que continuasse a trabalhar no laboratório do CEG, fui descobrindo outros campos da Geografia que me interessavam mais: o nascimento dos caminhos de ferro em Portugal, tema da minha tese de doutoramento, a Geografia e a Cartografia históricas.

GT: Como era a formação de professores de Geografia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa?

FA: Quando, em 1987, comecei a trabalhar como docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas não imaginava que iria aí colaborar na formação de Professores de Geografia. Isso aconteceu por circunstâncias que não vale a pena detalhar. Devo reconhecer que foi uma surpresa para a qual não estava preparada, e foi com bastante esforço que me integrei nesse novo campo.

Na FCSH acabei, portanto, por ficar ligada à formação de professores de Geografia, que aí se tinha iniciado nesse ano. Como as Faculdades de Letras e de Ciências não tinham então docentes preparados para formar docentes dos ensinos básico e secundário, o arranque da formação inicial de professores nas Universidades foi feito em estreita colaboração com professores do ensino secundário com muita experiência de ensino e, também, com professores provenientes das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação.

Fiz um grande esforço para me integrar nesse novo campo de estudos. Mas, tenho de reconhecer, que os primeiros anos em que as Faculdades intervieram na formação de professores – a formação inicial, assim chamada porque era feita imediatamente após o termo da licenciatura - as condições eram bastante melhores do que agora. Basta dizer que os futuros professores de Geografia, além de terem uma longa preparação (4 anos de licenciatura), tinham a seguir dois anos de formação e um ano de estágio remunerado. Considero que foi um erro retirar o pagamento dos estágios, ainda que admita que a remuneração pudesse ser revista.

Em suma, a formação de professores foi um novo e inesperado campo de trabalho e de investigação, em que tive participação numa altura em que, suponho, essa área de intervenção das Universidades era feita em melhores condições do que nestes últimos anos.

GT: Geografia: investigação, ensino e divulgação...

FA: Em condições ideais, quem é docente devia fazer investigação e divulgação das pesquisas na área em que trabalha. No entanto, raramente as três tarefas são cumpridas pela mesma pessoa, sendo privilegiada uma ou, quando muito, duas delas.

Nas Universidades foi aceite uma separação legal, ainda que artificial, entre quem se dedica à carreira docente, ou seja ao ensino superior, e à carreira de investigação, embora aos primeiros seja também legalmente exigido que façam investigação e aos segundos, porventura, que deem aulas, pelo menos ocasionalmente. Quanto à divulgação das pesquisas, ela fica mais ou menos ao gosto de cada um e à natureza da ciência que se pratica. De facto, há temas de pesquisa mais facilmente compreensíveis pela generalidade das pessoas, enquanto outros têm uma natureza mais técnica e dificilmente acessível a muitos, sobretudo atendendo ao nível de formação de parte da sociedade.

A Geografia, salvo em raros estudos específicos, é uma ciência cujos temas são na maior parte compreensíveis por boa parte da população. Seria desejável que docentes e investigadores conseguissem desfazer a ideia, muito enraizada, de que a Geografia é uma ciência em que se estuda uma série de factos a memorizar, como alguns concursos televisivos tendem a divulgar. As perguntas, ditas de Geografia, constituem a enumeração países e capitais, mares, ilhas, rios e cabos. Os livros de divulgação de Geografia, acessíveis ao grande público, ainda não conseguiram desfazer esta ideia.

Creio que a ideia de que a ciência deve ter uma utilidade social é geralmente aceite, mas ela não foi ainda suficientemente posta em prática no meio universitário. No caso da Geografia, parece-me haver diversas justificações, umas mais realistas, outras que servem sobretudo de desculpa. Entre as primeiras está o facto de alguns dos campos de estudo da Geografia terem sido abarcados por ciências com afinidades. É o caso dos estudos paisagísticos, do urbanismo, da organização territorial e política, da história do conhecimento da terra e da humanidade, para não falar do ambiente e dos seus riscos, do

clima e da sua história. A sobreposição e cruzamento de interesses é notória e diversificada. Mas, se as ciências com afinidades à Geografia e, ao mesmo tempo, a progressiva especialização explicam esta espécie de concorrência com a Geografia, temos de reconhecer que a Geografia não conseguiu ainda um lugar suficientemente bem implantado na sociedade. Por razões diversas, ela continua a ser encarada como uma ciência descritiva e enumerativa. É certo que as mais ou menos ocasionais aparições de Geógrafos nos media, seja em jornais e revistas, seja em entrevistas a geógrafos na televisão, ainda não conseguiu desfazer a imagem tradicional de uma ciência descritiva e enumerativa. A multiplicação de reuniões científicas e congressos, de que os media vão dando notícia, não têm bastado para que a Geografia seja considerada uma ciência que interessa o grande público, pelo menos se a compararmos com a História, ciência a que esteve ligada durante décadas.

Temos em conjunto de repensar a maneira de afirmar e dar a conhecer o interesse social da Geografia.